



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E A EMPRESA FLORICULTURA PARAÍSO LTDA – EPP, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

CONTRATO Nº 019/2022

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo **DR. PAULO MORENO CARVALHO** titular da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, CNPJ no 04.139.403/0001-77, situada na 3ª Avenida, nº. 370, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-005, Salvador/BA, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de 08/01/2015, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **FLORICULTURA PARAÍSO LTDA. EPP**, CNPJ nº.40.557.340/0001-32, situada à Rua Caetano Moura, Largo do Campo Santo térreo – Federação- Salvador Ba. CEP: 40.550-210 neste ato representada pela sócia **SRA. MARIA DE FÁTIMA POMBINHO DE ALMEIDA E SANTOS**, portadora da cédula de identidade nº. 01.399.549-96, emitida por SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº275.508.345-04, adjudicatária da Dispensa de Licitação nº. 026/2022, processo administrativo nº. 006.0413.2022.0012229-53, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei estadual no 9.433/05, pelas normas gerais da Lei no 8.666/93, e respectivas alterações, bem como pela legislação específica, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de produtos de floricultura para a Sede da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, de acordo com as especificações do Termo de Referência do instrumento convocatório e da proposta apresentada pela CONTRATADA, que integram este instrumento na qualidade de Anexos I e II, respectivamente.

- §1º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.
- §3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

[AQUISIÇÕES]

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de vigência do contrato, a contar da data (x) da sua assinatura () da subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM, será de 12 (doze) meses, sem prejuízo do período de garantia técnica.

§1º A entrega se dará:

() imediatamente (até 15 dias – art. 82 da Lei estadual nº 9.433/05).

(x) conforme as especificações definidas no Termo de Referência do instrumento convocatório.

§2º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à ocorrência de, ao menos, uma das hipóteses do art. 141 da Lei estadual nº 9.433/05.

§3º A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, antes do termo final do contrato.



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA

() Não exigível

(x) A garantia contratual será de 5% do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, admitindo-se, para o seguro-garantia e a fiança bancária, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias daquela data, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a realização de pagamento.

§2º A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais.

§3º A CONTRATADA ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.

§4º No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

§5º A CONTRATADA deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.

§6º Será recusada a garantia que não atender às especificações solicitadas, devendo ser notificada a CONTRATADA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sane a incorreção apontada ou, no caso de títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, promova a substituição por caução em dinheiro.

§7º O retardamento, a falta da apresentação ou a não substituição da garantia impedirá a realização do pagamento das faturas apresentadas, sem prejuízo da incidência de multa moratória, da rescisão do contrato nos termos do art. 167, inc. III, da Lei nº 9.433/05 e das demais cominações legais.

§8º A devolução da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA –FORMA DE FORNECIMENTO

(x) Aquisição com fornecimento () único (x) Parcelado

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos bens efetivamente entregues, os valores abaixo especificados:

ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	[AQUISIÇÕES]	
					PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO GLOBAL(R\$)
1	87.30.00.0002024 0-1	Arranjos de Flores para mesa com 40 cm.	Un	20	250,00	5.000,00



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

2	72.90.06.0000037 7-8	Vaso Ornamental Retangular tipo Jardineira	Un	16	200,00	3.200,00
3	87.30.00.0015205 8-0	Arranjos de flores, artificiais com 60cm, para cerimonial de solenidade	Un	16	250,00	4.000,00
4	87.30.00.0002025 3-3	Coroa de flor, média para funeral, composta de flores do campo e lírios	Un	18	300,00	5.400,00
VALOR ESTIMADO TOTAL						17.600,00

§1º Estima-se para o contrato o valor global de **R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais).

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, alugueis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN 06.601	Função 03	Subfunção 122	Programa 502	P/A/OE 2000
Região/planejamento 9900	Natureza da despesa 339030	Destinação do recurso 154/300	Tipo de recurso orçamentário Normal	

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

[AQUISIÇÕES]

- I. designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do contrato, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;
- II. fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados;
- III. zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- IV. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- V. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

- VI. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- VII. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- VIII. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente contrato;
- IX. adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- X. promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;
- XI. executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- XII. trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- XIII. oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a;
- XIV. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa do objeto do contrato;
- XV. emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- XVI. observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato.
- XVII. providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I. fornecer à **CONTRATADA** os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;
- II. realizar o pagamento pela execução do objeto contratual;
- III. proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Competirá ao **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade pela execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual nº9.433/05.

§2º Cumprida a obrigação pela **CONTRATADA**, caberá ao **CONTRATANTE** proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual nº 9.433/05.



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

- §3º Compete especificamente à fiscalização, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais:
- I. exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
 - II. rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado;
 - III. relatar ao Gestor do Contrato ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
 - IV. dar à autoridade superior imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA, ou mesmo à rescisão do contrato.
- §4º Fica indicada como a área responsável pela gestão do contrato: **Coordenação de Serviços Gerais.**
- §5º Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor **Êmene Muniz Ferreira Rodrigues Teixeira**, matrícula: **06.620.645-2.**
- §6º Fica indicado como fiscal deste Contrato a servidora: **Luciana Pintos Pinheiro** matrícula: **06.543.552-9.**

CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto, consistente na aferição da efetiva prestação do serviço, realização da obra, entrega do bem ou de parcela destes, se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual nº 9.433/05, observando-se os seguintes prazos, se outros não houverem sido fixados no Termo de Referência:

[AQUISIÇÕES OU SERVIÇOS (EXCETO ENGENHARIA)]

- I. se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
 - II. quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.
- §1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
- §2º Na hipótese de não ser lavrado o termo circunstanciado ou de não ser procedida a verificação dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados ao CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos
- §3º O recebimento definitivo de compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.
- §4º Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do CONTRATANTE, não dispondo o TERMO DE REFERÊNCIA de forma diversa, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos.
- §5º Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:
- I. gêneros perecíveis e alimentação preparada;
 - II. serviços profissionais;
 - III. serviços de valor até o limite previsto para compras e serviços, que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.
- §6º Salvo disposições em contrário constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

- §7º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.
- §8º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- §9º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, §5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.
- §2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.
- §3º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.
- §4º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.
- §5º O processo de pagamento, para efeito do art. 126, inciso XVI, da Lei estadual nº 9.433/05, deverá ser instruído com a prova da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, o que poderá ser aferido mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais, considerando-se como marco final desta demonstração a data de conclusão da etapa do recebimento definitivo.
- §6º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- §7º Em caso de mora nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, será observado o que se segue:
- I. a atualização monetária será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*;
 - II. nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até 15 (quinze) dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias, em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05.
- §8º Optando a CONTRATADA por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada no **caput**, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta.

- §1º Após o prazo de 12 meses a que se refere o *caput*, a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- §3º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/02.
- §4º A revisão de preços pode ser instaurada pelo CONTRATANTE quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no contrato, conforme o art. 143, inc. II, alínea "e", da Lei estadual nº 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A prorrogação, suspensão ou rescisão sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para a validade deste contrato.

- §1º A admissão da fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA está condicionada à manutenção das condições de habilitação e à demonstração, perante o CONTRATANTE, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do contrato.
- §2º Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:
- I. a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;
 - II. reajustamento de preços previsto no edital e neste contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes;
 - III. o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – PENALIDADES

Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- §1º Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

- §2º Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §3º Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §4º A CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.
- §5º A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista na cláusula seguinte, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – SANÇÃO DE MULTA

A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Quanto à obrigação principal, será observado o que se segue:

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- II. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.
- III. O atraso no cumprimento da obrigação principal ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

§2º Quanto à obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, será observado o que se segue:

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação acessória, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- II. Caso o cumprimento da obrigação acessória, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- III. O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- IV. Caso não seja possível identificar o valor ou custo da obrigação acessória descumprida, a multa será arbitrada pelo CONTRANTE, em valor que não supere 1% da sanção pecuniária que seria cabível pelo descumprimento da obrigação principal.

§3º Se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

- §4º Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- §5º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- §6º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.
- §7º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- §8º Caso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório, referido no preâmbulo deste instrumento, inclusive anexos e adendos, e na proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a CONTRATADA poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.290, de 20 de abril de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. A CONTRATADA deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, 20 de junho de 2022.



CONTRATANTE



CONTRATADA



Testemunha (nome/CPF)
Joanina Maria de Souza
Coordenador III
Cad. 06.565.969-4



Testemunha (nome/CPF)
Jef de Almeida Borges
Coordenador III
Cad. 92024664



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Fornecimento de Itens de Floricultura

1 - Especificação do objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de itens de floricultura, conforme especificações, quantitativos e condições abaixo descritos.

2 – Justificativa: A contratação em tela é dada em razão da necessidade de ornamentação em diversas atividades oficiais, tais como eventos institucionais no Auditório Paulo Spínola e na Sala de Reunião do Conselho Superior da PGE, cerimônias de posse, por ocasião de falecimentos, entre outros, que requerem um marco decorativo diferenciado em conformidade com as solenidades realizadas nesta PGE.

3 – Descrição do Objeto: é composto de fornecimento de itens de floricultura, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	QUANT
ARRANJO DE FLORES 40CM, composto de flores do campo e gérbera	(20 und)
ARRANJO DE FLORES ARTIFICIAIS 60CM, para cerimonial de solenidade	(16 und)
VASO ORNAMENTAL retangular, tipo jardineira	(16 und)
COROA DE FLORES MÉDIA, para funeral, composta de flores do campo e de lírios	(18 und)

4 – Local de entrega dos itens: A entrega dos itens ocorrerá na sede da Contratante, a cargo da Contratada, no endereço 3ª Avenida, nº 370 - Centro Administrativo da Bahia - CEP 41.745-005 –Salvador/Bahia, ou, ainda, em outros estabelecimentos situados no Município de Salvador/BA, a serem indicados pelo fiscal do contrato.

5 - Obrigações da Contratada

5.1. Estes serviços serão executados sob demanda, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da PGE, durante toda a vigência contratual, estimada inicialmente em doze meses, podendo haver prorrogações e/ou aditivos de acordo com a conveniência da administração pública.

5.2. O fornecimento deverá ser com flores em boa qualidade e vitalidade e, no caso de flores artificiais, deverá apresentar elevada semelhança.

5.3 Os itens deverão ser entregues no local, dia e hora marcada pelo fiscal do Contrato, com no mínimo 04 horas de antecedência do evento, conforme informações transmitidas na solicitação. Caso o arranjo não esteja de acordo com o solicitado e a entrega for rejeitada pelo fiscal, a substituição deste deverá ser feita em até 01 hora antes do evento.

5.4 Quando da indisponibilidade temporária do produto, a contratada deve oferecer outros tipos de flores que sejam da mesma ou superior qualidade e durabilidade dos objetos contratados, sendo previamente aprovadas pelo fiscal do Contrato.

5.5 Os preços ofertados deverão abranger os custos de deslocamento da empresa contratada até o local da entrega dos itens.



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE

5.6 A CONTRATADA deverá atender às solicitações parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, não sendo permitida a exigência de faturamento mínimo.

5.7 A PGE se reserva no direito de pagar apenas pelos itens efetivamente entregues e de acordo com as especificações contratadas.

5.8. O prazo informado no item 5.3 será contado a partir da solicitação da fiscalização da contratação.

5.9. Após qualquer entrega de itens, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente emitir canhoto de atendimento com os quantitativos e valores correspondentes ao entregue.

Documento assinado eletronicamente por **Emene Muniz Ferreira, Coordenador II**, em 05/04/2022, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00045235016** e o código CRC **0F95378D**.

Referência: Processo nº 006.0413.2022.0012229-53

SEI nº 00045235016

Criado por rafael.santosaraujo@pge.ba.gov.br, versão 2 por rafael.santosaraujo@pge.ba.gov.br em 05/04/2022 10:16:57.



PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO DA BAHIA-PGE
ANEXO II



COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

PEDIDO DE COTAÇÃO

NOME DA FIRMA: FLORICULTURA PARAÍSO		C.N.P.J.: 46.557.340/0001-32		
ENDEREÇO: R. CAETANO MOURA, 21 - FEDERAÇÃO - SALVADOR/BA		INSCR. ESTADUAL: 00.650.640PP		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO PEDIDO: Av. Tencelra, N.º 370, Bairro: Centro Administrativo da Bahia. CEP: 41.745-005, Salvador/BA.		TELEFONE: 71 3022-4489 / 71881842348		
PGE/CSG	TELEFONE: 3115-0456/0455	DATA:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	P.UNIT.	P. TOTAL
01	Arranjo de flores, com 40cm, composto de flores do campo e gérbera.	20	R\$ 250,00	R\$ 5.000,00
02	Arranjo de flores artificiais, com 60cm, para cerimoniais de solenidade.	16	R\$ 250,00	R\$ 4.000,00
03	Coroa de flor, média, para funeral, composta de flores do campo e de lírios.	18	R\$ 300,00	R\$ 5.400,00
04	Vaso ornamental retangular, tipo jardineira.	16	R\$ 200,00	R\$ 3.200,00
VALOR TOTAL ANUAL:				R\$ 17.600,00

Observações e informações complementares: Termo de referência anexo.

Itens importantes do Termo de Referência:

1.4.1 Estes serviços serão executados sob demanda, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da PGE, durante toda a vigência contratual, estimada inicialmente em doze meses, podendo haver prorrogações e/ou aditivos de acordo com a conveniência da administração pública.

1.4.2 O fornecimento deverá ser com flores em boa qualidade e vitalidade e, no caso de flores artificiais, deverá apresentar elevada semelhança.

1.4.3 Os itens deverão ser entregues no local, dia e hora indicados pelo fiscal do Contrato, com no mínimo 04 horas de antecedência do evento, conforme informações transmitidas na solicitação. Caso o arranjo não esteja de acordo com o solicitado e a entrega for rejeitada pelo gestor, a substituição deste deverá ser feita em até 01 hora antes do evento.

1.4.4 Quando da indisponibilidade temporária do produto, a contratada deve oferecer outros tipos de flores que sejam da mesma ou superior qualidade e durabilidade dos objetos contratados, sendo previamente aprovadas pelo fiscal do Contrato.

1.4.5 A entrega dos itens ocorrerá na sede da Contratante, a cargo da Contratada, no endereço 3ª Avenida, nº 370 - Centro Administrativo da Bahia - CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia, ou, ainda, em outros estabelecimentos situados no Município de Salvador/BA.

40557340/0001-32

FLORICULTURA PARAISO LTDA
Rua Caetano Moura, 3 (Campo Santo)
CEP 40.210-241

SALVADOR - BA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RESUMO DE CONTRATO

Processo SEI nº 006.0413.2022.0005843-12
 Contrato nº PGE 019/2022 - Dispensa nº 026/2022
 Contratante: ESTADO DA BAHIA/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 Contratada: FLORICULTURA PARAISO LTDA-EPP
 Objeto: Aquisição de produtos de floricultura para a sede da Procuradoria Geral do Estado, sob demanda, no valor global estimado de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais). Unidade Orçamentária - 06.601, Fontes - 154/300, Projeto/Atividade - 2000, Elemento da Despesa - 33.90.30, Prazo: 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura (20/06/2022). Forma de fornecimento: Parcelado
 Setor Responsável pela Gestão Contratual: Coordenação de Serviços Gerais - CSG
 Gestora: Êmene Muniz Ferreira Rodrigues Teixeira
 Fiscal: Luciana Pintos Pinheiro.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

RESUMO DO CONTRATO COELBA

Processo SEI nº: 009.0231.2022.0015668-71. Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 051/2022. Contratante: Estado da Bahia, através da Secretaria da Administração. Contratada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: Fornecimento de energia elétrica, atendida em Alta Tensão, Estrutura Tarifária Horosazonal Verde, para a unidade consumidora da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme tabela a seguir. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 29.12.2022. Unidade Orçamentária: 3.28.101, Unidade Gestora: 0003 e 0005, Ação (Projeto/Atividade): 4514, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Destinação de Recurso: 0.100.000000 e 0.113.000000. Assinatura: 20.06.2022.

CONTA CONTRATO	NÚMERO DO CONTRATO / TIPO	REGIME TARIFÁRIO	ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA CONTRATUAL
7031359796	5059144/CCER e CUSD	Horosazonal Verde	R\$ 480.926,42
7011605090	5059145/CCER e CUSD	Horosazonal Verde	R\$ 682.629,39

Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB

Resumo de Contrato - Material e Serviço: PRODEB

APS	FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
011/2022	Fraga de Medeiros	05.903.138/0001-14	14.688,80

Salvador, 20.06.2022 - José Muniz Rebouças - Diretor Executivo

SECRETARIA DE CULTURA

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 251/2002.

Partes: Estado da Bahia/Secretaria de Cultura e o Espaço Cultural de Cinema de Salvador Ltda. Objeto: inclusão da Secretaria da Educação como interveniente do Contrato nº 251/2002; alteração da Cláusula Nona; inclusão das alíneas "i", "j", "k" e "l" na Cláusula Quinta - Obrigações da Concessionária; inclusão da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Assinam: Arany Santana Neves Santos, Danilo de Melo Souza, Adhemar de Oliveira e Cláudio Márcio Pereira Costa Marques. Processo SEI: 022.2238.2021.0002739-18.

Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia – FPC

RESUMO DO CONTRATO Nº 015/2022

Modalidade: PE(SAEB) nº 09.009-PE148/2021-CONVÊNIO nº 920811/2021. Processo:057.1964.2022.0000049-69. Partes: FUNDAÇÃO PEDRO CALMON E A EMPRESA MUNDIAL REFRIGERAÇÃO EIRELI. Objeto: Aquisição de 15 (quinze) aparelhos de ar condicionado. Vigência do contrato: 120 (cento e vinte) dias. Valor do contrato: R\$ 40.776,00

(Quarenta mil, setecentos e setenta e seis reais). Dotação Orçamentaria: 22202.0001.13.122.315.7950.9900.44905200.0231101815.1. Assinam: Sr. Edvaldo Mendes Araújo - Diretor Geral/FPC e Sr. Paulo Cesar Fortaleza Medeiros, representante legal/Mundial.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.937.040/0001-06, SITUADA NA 4ª AVENIDA, Nº. 415, CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA - CAB, SALVADOR/BA, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU TITULAR, SR. JOSÉ NUNES SOARES, DEVIDAMENTE AUTORIZADO POR DECRETO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - DOE., EDIÇÃO DE 20 DE ABRIL DE 2022, COM EFEITO, A PARTIR DE 19 DE ABRIL DE 2022. RESOLVE: APOSTILAR O CONTRATO Nº 003/2021, CELEBRADO COM A EMPRESA CRETA COMERCIO E SERVIÇO LTDA. CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA POR POSTO DE SERVIÇO - LOTE V. VALOR TOTAL: R\$ 19.998,56 OBTIDO A PARTIR DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇO DO CONTRATO ENTRE 03/05/2021 A 02/05/2022. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 15.101 UNIDADE GESTORA: 0001 ATIVIDADE: 22.122.502.2000 ELEMENTO DE DESPESA: 3390.3700 / 3390.9200 FONTE DE RECURSO: 100/109/113.

BAHIAINVESTES S/A - Empresa Baiana de Ativos

RESUMO DA APOSTILA BAHIAINVESTES Nº 02/2022

Processo nº 024.2093.2022.0003639-16 - Contratante: BAHIAINVESTES - EMPRESA BAIANA DE ATIVOS S.A. - Contratada: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Objeto: Concessão de reajuste de 11,70563% retroativo a 17/02/2022, conforme previsto na Cláusula Décima Primeira do contrato, alterando o valor anual para R\$ R\$ 3.994,22 (três mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), sendo R\$ 332,85 (trezentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos) como valor mensal. Salvador/BA, 15 de junho de 2022.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

RESUMO DO DO CONTRATO

1. Contrato: 005/2022. 2. Contratante: ESTADO DA BAHIA - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR. 3. Contratada G&A MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. 4. Objeto: Constitui objeto do presente do Contrato a Prestação de Serviços de Confecção e instalação de bancada, em divisória dilux 35 mm, em aço galvanizado na cor preta, em formato de estação de trabalho, com fornecimento de todo material, 5. Processo Administrativo nº 077.1599.2022.0002991-01. 6. Forma de Pagamento: Os pagamentos devidos serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo. 7. Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 0001; Unidade Orçamentária: 18101; Fonte: 100; Projeto/Atividade: 2000; Elemento de Despesa: 3.3.90.39. Outros serviços de terceiros de - Pessoa Jurídica 8. Valor Global R\$ 11.556,00 (onze mil quinhentos e cinquenta e seis reais). 9. a contar da data de sua assinatura, será até o efetivo pagamento dos serviços. 10. Assinam: JEANDRO LAYTYNHER RIBEIRO - Contratante e GILMAR MONTENEGRO SAMPAIO- Contratada. 11. Data: 15/06/2022.

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR

RESUMO DE CONTRATO

CT 162/2022 CONTRATANTES: CAR/ XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA. Município: Pouso Alegre/MG; Objeto: aquisição de 10 retroescavadeiras; Unidade Orçamentária: 18.401; Função: 20; Sub-Função: 606; Programa: 304; P/A/OE: 1399; Região Planejamento: 7800; Natureza da Despesa: 44905200; Destinação de Recursos: 0.328.000000 / 0.300.000000; Valor: R\$ 3.433.333,00; Prazo: 12 (doze) meses; Data da Assinatura: 20/06/2022

RET RAT RESUMO DE CONTRATO

CT 160/2022 CONTRATANTES: CAR/ MÓDULO TRATORES E IMPLEMENTOS LTDA. Publicado no D.O.E. 16/06/2022, onde se lê MÓDULO TRATORES E IMPLEMENTOS LTDA leia-se XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

TERMO ADITIVO DE CONTRATO PRAZO

ADCT-089/2016.9 Convenientes: CAR/ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE APOIO E ECONOMIA FAMILIAR-ASCOOB; Município: Feira de Santana-Ba. Prazo: Fica prorrogado por mais 09 (nove) meses contados a partir do dia 28 de Março de 2022. Assinatura: 24/03/2022.